

Agora, um ataque à dívida externa

ASSIS MOREIRA
Enviado especial

San José, Costa Rica — Para garantir simultaneamente o sucesso do Programa de Estabilização da Economia e o crescimento econômico, o governo brasileiro entende ser indispensável resolver em caráter definitivo o problema da dívida externa brasileira. E, nesse contexto, a redução da excessiva transferência de recursos para o Exterior constitui elemento indispensável à consolidação do equilíbrio financeiro do setor público, à retomada dos investimentos e, portanto, à sustentação do crescimento a médio e longo prazos.

Isso é, em síntese, o que o ministro do Planejamento, João Sayad, dirá nesta terça-feira aos bancos credores internacionais em San José, Costa Rica. Sayad chegou à capital costarriquenha na noite de sexta-feira, e na terça, antes do encontro com os banqueiros, pronunciará discurso na 17ª Assembleia Anual do Banco Intermericano de Desenvolvimento (BID), como governador pelo Brasil.

Aos banqueiros, o ministro do Planejamento fará, primeiro, um histórico das medidas que compõem o Programa de Estabilização da Economia brasileira. Depois, salientará

as perspectivas do programa. Segundo Sayad, numa primeira etapa, o programa traduz-se num congelamento generalizado e absolutamente rigoroso dos preços. E nessa etapa em que o governo não deve abrir exceções e desviár-se da regra geral, distorções setoriais e algumas injustiças são inevitáveis. "É o preço que se paga para erradicar uma inflação crônica, que parecia haver-se instalado como característica permanente da dívida econômica e social do País."

ARGUMENTOS

Sayad explica que a confiança do governo na estabilidade dos preços repousa não apenas no apoio da sociedade, mas também em fatores de ordem econômica. Mencionará que, além de ter estabelecido as precondições básicas do programa, o governo conta hoje com espaço de manobra resultante da supressão da correção monetária implícita nos preços a prazo. Com isso, a seu ver, desaparece um componente importante na formação dos preços, afetando em cadeia as relações inter-setoriais e facilitando substancialmente a implementação da primeira etapa do programa.

A segunda etapa do Programa de Estabilização, anuncia Sayad, ocorrerá depois de consolidada a estabilidade do nível geral dos preços. Aí então serão permitidos ajustes setoriais de preços para corrigir distorções. Esses ajustes, assegura o ministro, não resultarão necessariamente em ressurgimento da inflação, porque os aumentos de alguns preços deverão ser compensados pela redução de outros. Exemplifica com o caso dos preços dos derivados de petróleo. Uma vez fixada a taxa de câmbio e persistindo a tendência de queda dos preços do petróleo no mercado internacional, o governo poderá "eventualmente" repassar a queda de preços em dólares ao consumidor de gasolina. Ou seja, poderá chegar um momento, promete Sayad, em que o consumidor poderá pagar menos para encher o tanque de seu carro.

A revisão seletiva dos preços congelados, explica o ministro, será seguida por uma terceira etapa de gradual descongelamento e de retorno ao pleno funcionamento de sistema de preços, para que a estabilidade do nível geral dos preços seja preservada. Sayad garante que o governo manterá sob controle as fontes primárias de pressão inflacionária.



Sayad dirá, no BID, da disposição do governo de reduzir a transferência de recursos para o Exterior